

III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem
XII Jornada de Educação de Mato Grosso do Sul
III Encontro dos Mestrados Profissionais em Educação e Letras

Tema: **IMPACTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

UEMS, Campo Grande, Brasil - 06 a 08 de junho de 2018



ISBN: 978-85-99540-88-6

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ENTRE DISPUTAS DE NARRATIVAS

Graciela Mendes Nogueira Targino
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

RESUMO

Vivemos em uma época histórica em que há muitas disputas de narrativas referentes à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Alguns defendem que é uma política neoliberal, outros afirmam que não se trata desta política e que a elaboração da Base teve participação efetiva de todos que tiveram interesse. Quando se fala em neoliberalismo, a polêmica fica ainda maior. Afinal: O que é o neoliberalismo? Existe essa política no Brasil? No contexto político em que o Brasil está, quais são os objetivos da produção e implementação da Base? São questionamentos que muito nos inquietam e neste artigo faremos uma abordagem reflexiva acerca destes elementos. A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo foi a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, com perspectivas da Teoria Crítica e intenta trazer reflexões acerca da importância do estudo sobre a elaboração e implementação da Base Nacional Comum Curricular, incentivando o leitor a ter um posicionamento com argumentos sólidos e não apenas uma postura de repetição do que se ouve.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Educação. Políticas Educacionais

Introdução

De acordo com Bueno (2003, p.23): “A teoria crítica revela-se como um instrumento importante para a análise educativa, por nos apresentar o processo histórico de constituição da razão em sua dialética”. Assim, percebemos a necessidade de analisar o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular para que possamos realizar um estudo mais substancial acerca das razões que impulsionam este documento. A Base Comum já estava prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação-1996 (LDB) e o Plano Nacional de Educação (2014) também já previa a seleção e organização de uma base comum curricular em todo o país, garantindo conhecimentos comuns para toda a nação. A partir desta Base, os estados, municípios e escolas seriam responsáveis em selecionar os conteúdos diversificados, inserindo-os no currículo de acordo com as características da região.

Partindo deste pressuposto, a ideia de uma Base Comum seria muito interessante, pois leva em consideração o sujeito universal e também os sujeitos singulares de cada local. No entanto, surgem algumas questões: Como a BNCC foi elaborada? Quem selecionou os objetivos que toda a nação deverá alcançar? Como a Base está posta? Como está sendo implementada?

As políticas educacionais brasileiras divulgam a educação de qualidade para todos. Mas que qualidade é essa? O se prevalece nessas políticas? De acordo com Arroyo (2011 p. 88):

Predomina uma visão única, até generalista e abstrata de igualdade e de políticas educativas. Essa visão marca as políticas como instrumentos de acesso e permanência únicos, para garantia da igualdade. Ao longo destas décadas tem prevalecido a defesa do ideal de escola única, currículos únicos, percursos, tempos e ritmos únicos, avaliações e resultados únicos, parâmetros únicos de qualidade única. Os documentos de políticas e as justificativas de diretrizes nacionais refletem esse ideal de unicidade como sinônimo de igualdade de direitos. Educação (em abstrato), direito (em abstrato) de todo cidadão (abstrato). Sem rostos. Sem sujeitos históricos, concretos, contextualizados. Nessa concepção se avança em um ideal de igualdade tão abstrato e descontextualizado que os diferentes feitos desiguais terminarão ficando de fora.

A BNCC mostra-se como um documento com estas características acima citadas. Um documento que prevê qualidade única para todo o país, qualidade idealizada e avaliada por instituições privadas. Neste modelo de educação o Estado tem participação mínima, as grandes empresas ditam a qualidade de educação e o país fica cada vez mais refém do capital internacional. Segundo a BNCC os alunos precisam alcançar “competências”, ou seja, ao finalizar a Educação Básica o aluno será competente ou incompetente para atuar como força de trabalho nas grandes empresas. Caso o aluno seja incompetente, as escolas e professores serão culpabilizados. Segundo Mesko e Piolli:

A partir dos anos 2000 assistimos, no campo das políticas educacionais, o aprofundamento de esquemas gerenciais centrados em metas, resultados e responsabilização das escolas e de seus profissionais. A responsabilização se fará pela disseminação de esquemas de vigilância e punição que compreendem o financiamento e a bonificação atrelados às avaliações externas. São estratégias que promovem uma maior responsabilização dos profissionais da educação combinada com a desresponsabilização do Estado. São práticas concebidas atualmente com apoio do setor empresarial através de suas fundações, segmento este que vem aprofundando sua participação nas tomadas de decisões em termos de políticas públicas educacionais desde

o surgimento do movimento “Todos pela Educação”. (MESKO; PIOLLI, 2015 p. 2)

Neste contexto, qualquer um pode tomar decisões sobre a educação. Empresas a serviço do capital decidem o que é qualidade. As escolas e professores precisam acatar sem manifestar opiniões e se não obtiverem o resultado esperado, serão punidos. Muitos afirmam que a BNCC faz parte de um pacote de políticas neoliberais que se instaurou no Brasil. Mas afinal, o que é o neoliberalismo?

O Liberalismo e o Neoliberalismo

O liberalismo é um conjunto de propostas políticas que defendem a liberdade individual tanto em sentido político quanto econômico, assim todos poderiam ser proprietários do seu próprio negócio, haveria o livre comércio e o poder do Estado seria limitado. Com o advento da globalização, o liberalismo alcançou uma nova leitura e intensificou algumas idéias em relação ao mercado livre global e a participação ativa de empresas privadas na economia, surgindo assim, o neoliberalismo defendendo a mínima intervenção estatal na economia do país.

Para o neoliberalismo, o livre comércio garantiria o crescimento econômico do país. No entanto, essa política propaga ilusões de que todos possuem as mesmas condições e de que o sistema garantirá o sucesso para aqueles que merecem. Quando na verdade, os direitos são privatizados e passam a se tornar serviços, as pessoas passam a ser mais individualistas, tornando-se cada vez mais competitivas. Os beneficiários seriam assim, as grandes empresas. Os cidadãos, neste contexto, são encarados como força de trabalho, sua formação deverá ser técnica no sentido de prepará-lo para servir às grandes empresas e as diferenças sociais se acentuam. Essas propostas neoliberais foram instaladas no Brasil em meio a uma crise econômica entre 1989/1990, em relação a este período, Porto menciona que:

[...]a ascensão da programática neoliberal no Brasil remonta ao Consenso de Washington , ocorrido em 1989 na capital dos EUA, em que, no bojo das discussões travadas, se concretizou a efetiva ratificação da proposta neoliberal que o governo norte - americano recomendava como pré -condição à concessão de ajuda financeira externa. [...] Dentre essas propostas, destacam-se: a desregulamentação da economia, que visava à abolição da regulação do Estado, simultaneamente, sobre a economia e sobre a relação

capital-trabalho, perspectivando a plena liberdade dos mercados; a sumária retirada do Estado como agente produtivo, derivando daí as propostas de privatização das empresas estatais e de “Estado mínimo”, esta última direcionada no sentido da compreensão da esfera estatal respaldada num compromisso que se pautava na implementação de apenas algumas funções elementares, a exemplo da educação básica e da saúde pública, além da criação e/ou manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico; e a liberalização do comércio exterior, em seu propósito de tornar a economia brasileira ao mesmo tempo internacionalizada e moderna, por meio do estímulo às importações (PORTO, 2018, p.4)

O Consenso de Washington (1989) estabelece uma série de medidas neoliberais com o intuito de “garantir desenvolvimento na economia” de países latino-americanos. Essas medidas passaram a lançar alicerce para o Fundo Monetário Internacional e não contribuíram para o crescimento econômico dos países da América Latina, esses países continuaram com um aumento significativo na inflação, desemprego, falta de moradia, saúde, segurança e educação. Assim, as medidas reunidas no Consenso de Washington mostraram-se como uma maneira de expandir o neoliberalismo na América latina. Pois, para conseguir cooperação financeira internacional, os países latinos precisavam adotar as medidas neoliberais de privatização de empresas estatais, diminuição da participação do Estado na economia e abertura do mercado para empresas internacionais. Os países ficariam assim, cada vez mais dependentes de empresas privadas e do capital internacional.

Atualmente o Brasil vive as conseqüências do estado com políticas neoliberais: altas taxas de juros, inflação e desemprego tomam conta do país. A corrupção está inserida onde deveria ser a Casa de Leis. Institutos privados tomam decisões sobre educação no Brasil. Muitas leis foram elaboradas neste período de políticas neoliberais. No entanto, vamos nos limitar a discorrer sobre a BNCC, documento homologado no período em que o governo golpista de Michel Temer assumiu o poder. Será que um governo “tampão” tem condições de homologar um documento tão importante como a BNCC? Vamos refletir sobre isso.

Elaboração da Base

Houve propaganda na televisão sobre a Base, incentivando a sociedade civil a participar na elaboração desta. O portal do MEC afirma que houve mais de 12.000.000 de propostas de colaboração na elaboração deste documento. Quem analisou as 12.000.000 de propostas e julgou se caberia ou não na Base? Alguns movimentos em favor da educação

dizem que suas propostas não foram sequer lidas. Percebemos na BNCC, uma visão de currículo minimalista e que utiliza alguns termos como, por exemplo: “competências”, nos remetendo à linha toyotista de produção, que deseja formar trabalhadores alinhados para trabalhar nas grandes empresas. Nesta perspectiva, os alunos não precisam ser autônomos. Para as políticas neoliberais a educação para a emancipação é ilusão. Neste sentido, nos apropriamos da fala de Adorno:

Penso, sobretudo, em dois problemas difíceis que é preciso levar em conta quando se trata de emancipação. Em primeiro lugar, a própria organização do mundo em que vivemos é a ideologia dominante [...] Ela exerce uma pressão tão intensa sobre as pessoas que supera toda educação. [...] No referente ao segundo problema [...] emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade [...] A educação seria impotente se ignorasse a adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém seria questionável igualmente se ficasse nisto, produzindo nada além de *well adjusted people*, em consequência do que a situação existente se impõe no que tem de pior (Adorno, 1995, p. 143).

Qual é a ideologia dominante que percebemos hoje nas políticas do Brasil? Como ela influencia diretamente a organização do currículo nacional? A educação no Brasil prepara o sujeito para ser emancipado, crítico ou apenas para servir e adaptar-se ao modo capitalista de produção? Desta forma, acreditamos que a educação pública no Brasil está comprometida, pois enaltece a educação instrumental. Neste sentido as corporações e fundações têm grandes interesses em formar sujeitos que saibam seguir suas orientações. A educação crítica para emancipação que tanto precisamos não é valorizada no contexto em que vivemos. De acordo com Marsiglia, *et all*:

Ao enfatizar as “habilidades”, as “competências”, os “procedimentos” e a “formação de atitudes”, e não destacar os conteúdos escolares, o trabalho educativo e o ensinar, o documento traz uma perspectiva que visa adaptar os alunos ao mercado de trabalho ou, mais propriamente, ao “empreendedorismo”. Ou seja, com o crescente desemprego e a conseqüente diminuição do trabalho formal, o objetivo dessa formação é preparar os filhos da classe trabalhadora para o mundo do trabalho informal e precarizado, compatível com as novas demandas do capital para este século, voltadas para a acumulação “flexível”. (MARSIGLIA, *et all*, 2017, p.119)

O governo também estabeleceu um Movimento Nacional a favor da BNCC, intitulado: “Dia D”. O que nos remete essa expressão? Durante a segunda guerra mundial o “dia D” foi uma simbologia militar que indicava dois grupos: os aliados *versus* fascistas e nazistas. Como essa expressão entende-se: bons *versus* maus. Ou seja, quem está a favor deste movimento é

aliado da educação, saúde e do trabalhador e quem está procurando a reflexão ou questionando a maneira como a Base está posta é visto como a resistência ou quem gosta de questionar. Lembrando que o documento formulado pelo MEC para nortear as discussões do “dia D” nas escolas, trazem perguntas para os professores e trazem também possíveis respostas. Tratando o professor como um ser incapaz de pensar e postular suas reflexões.

Segundo Contreras (2002), o professor deve superar o modelo de racionalização do trabalho e perda da autonomia. Neste modelo, o profissional não reflete sobre sua formação e atuação profissional. Para Contreras (2002), existem controles que levam aos profissionais à racionalização do trabalho e conseqüentemente a proletarização, são eles:

- a) **a separação entre concepção e execução** no processo produtivo, onde o trabalhador passa a ser um mero executor de tarefas sobre as quais não decide; **b) a desqualificação**, como perda dos conhecimentos e habilidades para planejar, compreender e agir sobre a produção; **c) a perda de controle** sobre seu próprio trabalho ao ficar submetido ao controle e as decisões do capital, perdendo a capacidade de resistência. (CONTRERAS, 2002, p.35).

Neste modelo, o educador é suprimido, completamente dependente das decisões de esferas administrativas. Há um distanciamento dos teóricos, de quem cria os currículos e de quem executa, neste caso o professor perde o controle de sua tarefa. O educador vê suas funções resumidas em cumprimentos de prescrições. Há neste sentido a desqualificação do professor. De agente mediador, articulador, inovador ele passa a ser apenas um cumpridor de tarefas.

Esse é um modelo de formação que considera o professor como ser passivo, transmissor dos conhecimentos historicamente construídos. Essa racionalização do trabalho precisa ser rompida, o professor deve ser encarado como ser pensante, que pode refletir sobre sua prática, contribuindo para a transformação social. Para Libâneo:

É certo que o professor deve ser um profissional competente e compromissado com seu trabalho, com visão de conjunto do processo do trabalho escolar. Deseja-se um profissional capaz de pensar, planejar e executar o seu trabalho e não apenas um sujeito habilidoso para executar os que os outros concebem (LIBÂNEO, 2007, p.61).

Levando em consideração as pontuações de Libâneo, percebemos a necessidade de o professor apresentar autonomia como valor profissional para que possa desenvolver suas

habilidades e ampliar suas possibilidades de trabalho, participando ativamente na elaboração e não apenas na execução de Políticas Públicas.

Implementação da BNCC

O Brasil fez um empréstimo com instituições internacionais para ser pago até o ano de 2037. Esse dinheiro será empregado em materiais e formações sobre a Base. E aí nos perguntamos: Porque o Brasil não aposta em seus professores? Mesmo se tivesse feito esse empréstimo, porque não investir no que está posto? Por que não investir em planos de carreira, em remuneração para os docentes, nos espaços e estruturas das escolas? Por que não investir em Formação Continuada?

No mundo contemporâneo, profissionais de diversas áreas fazem descobertas em todos os campos de atuação, e para que isso ocorra, todos os profissionais devem buscar atualizar seus conhecimentos. Desta forma a formação Continuada deve ganhar cada vez mais espaço no âmbito escolar, pois como afirma Libâneo:

[...] as novas realidades do mundo contemporâneo estão exigindo inovações didático-pedagógicas que propiciem melhor cumprimento dos objetivos da escola por meio do ensino aprendizagem. [...] é preciso evitar a tentação dos professores de imaginar um “ensino fácil”, por meio dessas idéias banalizadas de ensino pelo concreto, ensino a partir da experiência da criança, uso de sucata etc., tomados como grandes inovações. Tornar o professor construtor de seu processo de trabalho implica que ele avalie judiciosamente sua prática a partir da reflexão em cima de seu trabalho, com base na teoria (LIBÂNEO, 2007, p. 204).

Essa afirmação nos ajuda a pensar que a formação continuada é extremamente necessária em um mundo repleto de transformações. Essa formação deve proporcionar aos educadores que se atualizem no que diz respeito às didáticas e teorias. Podemos afirmar que a formação do educador tem influência direta com o aprendizado dos alunos e deve acontecer ao longo da vida profissional do professor. Neste caso, o Estado e as Redes de Ensino precisam investir na formação destes profissionais. Por que não investir em cursos e pós-graduações?

Por que não utilizar os estudos sobre currículo que temos no Brasil para nortear a Base? Parece que a ordem não está posta e que é necessário que organismos externos venham

colocar ordem na Educação do Brasil, porque por aqui nada se produz cientificamente acerca da educação.

A BNCC abre a escola para o mercado. O Instituto Unibanco, Instituto Airton Senna, Instituto Natura, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, entre outros estão envolvidos nessas discussões e participando ativamente no Movimento a favor da BNCC. Porquê? Quais são os interesses dessas instituições? Os livros didáticos no Brasil eram reutilizados de um ano para o outro, a partir da BNCC os livros didáticos são consumíveis, ou seja, os alunos usarão e já descartarão os livros. Quem ganhará com isso? Algumas editoras estão bem animadas com a Base, assim que foi homologada, logo em seguida as editoras estavam fazendo propagandas de que seus livros já estavam de acordo com a Base.

O MEC pré-seleciona as editoras que farão parte da “pesquisa entre professores” sobre quais livros utilizar na escola. Assim, essas editoras têm muito interesse econômico com a implementação deste documento com caráter mandatório. Neste contexto, a BNCC movimenta um mercado milionário, empréstimos internacionais, diversas fundações que não pesquisam a educação fazem parte do processo de elaboração e implementação, as crianças são as cobaias deste experimento e os professores devem cumprir o que está posto. Para os que estão no poder: Não é hora para resistência, é hora de calar para sobreviver!

Esse documento divulga o mito da qualidade em educação. Mas o que é qualidade da educação e ensino, segundo a BNCC? Essa qualidade de educação não é construída na escola em parceria com a universidade e/ou vice-versa. Ela é construída fora da escola e deve ser implantada nesta, a todo custo. Não importa onde a escola está inserida, suas condições físicas, as condições de trabalho do professor, ou como acontece o desenvolvimento profissional docente.

Visto que instituições internacionais estão envolvidas, o Brasil precisa mostrar resultados. A qualidade neste sentido, aparece como a educação que dá resultados. E que tipos de resultados são esses? Aqueles estipulados por avaliações externas. Algumas empresas muito bem remuneradas farão o processo de elaboração e implementação dessas avaliações que classificarão os alunos de acordo com critérios pré-determinados. Neste contexto, surge uma questão muito importante. Como isso se dará na Educação Infantil? Pois as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em seu artigo 10 mencionam que:

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação[...]. (BRASIL, 2010, p. 29)

Se a avaliação na Educação Infantil não deve ter por objetivo a classificação dos alunos, como isso será feito? Separar os alunos em aptos ou não aptos é uma maneira de classificá-los. De acordo com a própria BNCC (2017 p. 5):

Ao homologar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, o Brasil inicia uma nova era na educação brasileira e se alinha aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo.

Que maravilha! A Base será suficiente para que a educação no Brasil se “alinhe aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo”. E quem será culpabilizado se o aluno não atingir o ‘esperado’? Será o governo que não valoriza o professor, que deixa a estrutura da escola vergonhosa, que não possibilita aos profissionais boas condições de trabalho? Ou será do professor resistente que não foi totalmente obediente às fundações e instituições privadas?

Junto com as reformas educacionais, o Brasil apresenta cortes no orçamento para a educação, isso gerou muitas manifestações por parte dos educadores contrários a essas medidas que desqualificam a educação pública. Em algumas manifestações muitos professores sofreram agressões. Que Estado é esse que trata os professores desta forma? Para o Estado brasileiro, o professor não pode manifestar suas opiniões, não podem pensar, devem apenas seguir o que está posto. Não há espaço para debate. Embora haja a maquiagem de que: “Os professores e escolas podem participar na elaboração de Políticas Educacionais”, isso não se efetiva de forma não natural. Nossas participações acontecem com muita luta. Por isso, não nos resta outro caminho. Precisamos continuar lutando!

Não somos resistentes à Base. Mas somos sim a resistência à maneira como a BNCC está posta. Muito dinheiro internacional envolvido, muitas fundações privadas ganhando muito dinheiro com a sua implementação, institutos financeiros prestando assessoria educacional, editoras faturando muito com a venda de inúmeras coleções. Mas qual deve ser o papel da escola, neste contexto? Cumprir e calar-se? A Base já está homologada. Sendo assim, há a necessidade de cumprimento. Há alguns que dizem que a Base não deve circunscrever todo o trabalho docente, outros dizem que os professores devem encontrar uma “linha de fuga” e que os diretores e coordenadores devem autorizar essas linhas. Ainda outros

dizem que a BNCC é apenas mais um dos inúmeros documentos que existem no Brasil que deveriam nortear a educação, mas, que de fato, não fazem isso. Assim, o que pensar e como agir, frente à tantas disputas de narrativas referentes a Base? Este documento está longe de ser um documento ideal e sua implementação parece ser uma política neoliberal centrada em interesses financeiros de empresas privadas.

Trazemos à tona um pensamento de Bruno Pucci que analisa as políticas educacionais brasileiras em uma ótica da teoria crítica:

A escola, particularmente, se faz um campo fecundo do desenvolvimento do processo semiformal. A política educacional vigente, as propostas curriculares, os conteúdos disciplinares, as metodologias e técnicas de ensino tendem, funcionalmente, a favorecer um ensino medíocre, superficial, acrítico, empobrecido de experiências formativas. [...] O Estado [...] favoreceu condições para o desenvolvimento de uma educação semiformal, utilizando - se da escola, mais uma vez, para favorecer os interesses dos grupos hegemônicos da sociedade (PUCCI, 2018, p. 7).

Será a BNCC mais um documento que favorece a semiformal? Temos neste contexto as frases feitas repetidas por inúmeras pessoas que não sabem seu significado. Estamos vivendo uma disputa de narrativas em relação a essas novas políticas.

Para tirarmos nossas próprias conclusões acerca da BNCC precisamos ler, estudar, participar nas discussões acerca de tal documento, pesquisar para argumentar. O papel do professor deve ser o de defensor da escola pública. Defender a escola pública é defender o direito à educação, grande parte da população brasileira em idade escolar (cerca de 80%) neste país estuda em escola pública. Precisamos estar engajados em defesa da educação, e se por isso nos encararem como resistência: que assim seja!

Referências Bibliográficas

ADORNO, T.W. Educação e emancipação. São Paulo: Paz & Terra, 1995

ARROYO, Moguel. Políticas educacionais, igualdade e diferenças In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. RBPAE – v.27, n.1, p. 83-94, jan./abr. 2011. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19969/11600>> Acesso em Abr. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BUENO, S. F. **Pedagogia sem sujeito** : qualidade total e neoliberalismo na educação. 1. ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

CONTRERAS, José **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos **Pedagogia e pedagogos, para quê?** _ 9ª Ed. – São Paulo, Cortez, 2007.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão Marsiglia; *et all*. **A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil**. In: *Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MEIRELES, Cecília. **Ou isto ou aquilo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.

MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues; PIOLLI, Evaldo. Editorial. **(Des)caminhos da Educação Pública no Brasil**. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 17, n. 3, dez. 2015. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8642329>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

PORTO, Maria Célia da Silva. **Estado e Neoliberalismo no Brasil Contemporâneo: implicações para as políticas sociais**. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf> Acesso em 05 de Mai. 2018.

PUCCI, Bruno. **Teoria Crítica e Educação: contribuições da Teoria Crítica para a formação do professor**. Disponível em <[HTTP// http://www.unimep.br/~bpucci/teoria-critica-e-educacao.pdf](http://www.unimep.br/~bpucci/teoria-critica-e-educacao.pdf)> Acesso em 28 de mar. de 2018.